

República Velha- Política

História do Brasil – João Pedro R. dos Santos

A república instituiu o regime federalista, rompendo com a tradição centralizadora do Império, que contava com o instrumento do Poder Moderador. Os governantes estaduais passaram então a ser escolhidos nos próprios estados, gerando grandes disputas entre as principais famílias de cada região. No entanto, a descentralização é apenas aparente, pois a criação da república coincidiu com a decadência econômica dos grandes proprietários rurais de numerosas regiões, tornando-os, assim, dependentes dos recursos e da proteção do governo federal.

Além disso, a lei eleitoral da época previa a necessidade de reconfirmação dos governos eleitos junto ao Congresso e ao Presidente da República. Os vitoriosos poderiam não assumir o cargo, caso fossem alvo da “degola”, como era chamada a intervenção federal. Neste contexto foi criada a Política dos Governadores: “entre o mandão de uma cidadezinha e o presidente da República surgiu uma instância intermediária, que barganhava favores, empregos e verbas em troca de apoio político. Este arranjo consistia no núcleo da política dos governadores”ⁱ

No entanto, estas regras não eram nada claras e suscitavam descontentamento e conflitos armados entre os grandes fazendeiros. Tudo isto facilitou o predomínio de paulistas e mineiros, pois possuíam as maiores populações (e eleitores), contavam com partidos mais antigos e estruturados e, ainda, com a supremacia econômica do café e do gado. Dos 12 presidentes do período, nove foram mineiros ou paulistas. A falta de verbas e investimentos nos estados e o mecanismo da degola contribuíram para um permanente estado de conflito nos estados.

“Em várias regiões brasileiras, violentas disputas entre os grupos oligárquicos reforçavam a sensação de regressão social. Um conflito registrado em Mato Grosso, no ano de 1906, levou à deposição do governador local; outro,

acontecido oito anos mais tarde, no vale do Cariri, orquestrado por coronéis cearenses - dentre eles o padre Cícero -, promoveu um ataque à capital para depor o governador Franco Rabelo. Tais conflitos acabavam exigindo a interferência de tropas federais, como os do estado de Goiás, em que lutas sucessivas entre Caiados e Wolneys desestabilizaram a vida política local. Foram também múltiplas as guerras travadas no sertão baiano contra os poderosos Seabras. Em outras palavras, aos olhos de muitos, a vida política republicana havia-se transformado, na maioria das vezes, em um campo de tiroteios e emboscadas, e não de diálogo e negociação. Tais lutas eram a expressão máxima do que costuma ser definido como coronelismo, forma de "mandonismo local", particularmente mais intensa no nordeste, que se baseava na formação de exércitos particulares de jagunços. Esses últimos, atuavam criminosamente no sertão desde os tempos coloniais (...) A novidade da República Velha foi o uso político desses foras-da-lei. De certa maneira, a decadência da economia açucareira e do algodão contribuiu para isso, pois extinguiu boa parte dos empregos que garantiam, durante determinados meses do ano, a remuneração de famílias sertanejas.”ⁱⁱ

ⁱ “Uma República Velha?”, In Del Priore, Mary. O Livro de Ouro da História do Brasil, 2001, pág 301

ⁱⁱ Idem, ibidem, pág 303